

Sustentabilidade Social a partir da Acessibilidade Espacial nas Escolas: um estudo de caso

Social Sustainability from Space Accessibility in Schools: a case study

Aline Eyng Savi, Arq. e Urbanista, Dra. em Arquitetura, Universidade do Extremo Sul Catarinense

arquiteta.alinesavi@gmail.com

Pedro Luiz Kesting Medeiros, Arq. e Urbanista, Msc. em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense

pkm@unesc.net

Elaine Guglielmi Pavei Antunes, Eng. Civil, Msc. em Engenharia Civil, Universidade do Extremo Sul Catarinense

elainegpa@unesc.net

Haron Cardoso Fabre, Designer, Esp. em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense

haron.fabre@unesc.net

Richard Cunha Cardoso, Graduando em Engenharia Civil, Universidade do Extremo Sul Catarinense

richardcunha_96@hotmail.com

Resumo

A obrigatoriedade da inclusão de alunos com deficiência na rede de ensino regular, somada à garantia de acessibilidade nos espaços públicos, prevista por legislação federal, tornam necessária a provisão de condições de acessibilidade espacial em escolas. Todavia, para a efetiva inclusão deve-se vencer barreiras atitudinais e físicas. Acerca destas, implica na adequação em diferentes escalas: desde o percurso urbano, passando pelos ambientes até o mobiliário. Este artigo trata do estudo de caso sobre a acessibilidade espacial escolar. Utilizam-se métodos de Avaliação Pós Ocupação, através do Manual de Acessibilidade. Como resultado, apresentam-se princípios e diretrizes para o projeto arquitetônico de escolas acessíveis.

Palavras-chave: Escola; Acessibilidade Espacial; Sustentabilidade Social

Abstract

The inclusion of students with disabilities in the regular school system, together with the guarantee of accessibility in public spaces, provided for by federal legislation, make it necessary to provide space accessibility in schools. However, for the effective inclusion, one must overcome attitudinal and physical barriers. On these, it implies adequacy in different scales: from the urban route, through the environments to the furniture. This article deals with the case study on school space accessibility. Post-occupation evaluation methods are used, through the Accessibility Manual. As a result, principles and guidelines are presented for the architectural design of accessible schools.

Keywords: School; Space Accessibility; Social Sustainability

1. Introdução

A educação é um dos direitos básicos de todos os cidadãos, assim como a saúde, o trabalho, o lazer e a segurança (BRASIL, 1988). A escola é de suma importância para a criança, pois é ali que ela desenvolve seus estímulos, preparando-se para a sociedade. Necessita então, estar adequada e livre de barreiras, entre elas físicas, para que o processo aconteça. O edifício e o ensino (que ali acontece) devem estar preparados para executar essa tarefa, utilizando de meios como a acessibilidade espacial para viabilizar a educação inclusiva (BRASIL, 1996). Para crianças com deficiência, seja ela física, sensorial ou cognitiva, o acesso à educação é ainda mais crucial para promover sua inclusão na sociedade (BRASIL, 2015).

A acessibilidade nas escolas e conseqüentemente, a inclusão escolar deve considerar as diferenças entre os alunos, implicando, entre outros, em escolas com infraestrutura física e operacional compatíveis com a capacidade de as diferenças diferirem, mas com efeito, alcançarem um modelo universal, com o mínimo de exclusões. Esse conceito de inclusão é inspirado nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e está presente também, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008. Outra peça legal que justifica o olhar atento à questão da acessibilidade espacial no ambiente escolar, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (número 9.394/1996) que torna obrigatória a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Na situação das escolas, registra-se que os marcos legais históricos e as normativas atuais são dois dos motivos para o crescimento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular a cada ano. Ainda que lentamente, o Brasil avança mesmo com o quadro deficitário de infraestrutura das escolas, segundo dados do último Censo Escolar da Educação Básica divulgado em 2017. Há de se considerar, contudo, que o número da evasão escolar é ainda expressivo, e entre os motivos está a dificuldade posterior, de inclusão escolar e também, de acessibilidade espacial.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) corrobora para o entendimento da importância do estudo da acessibilidade espacial nas escolas, afirmando que a limitação de uma pessoa com deficiência é determinada pelo ambiente, “[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva” (ONU, Art. 1, 2006).

Nesse sentido, a acessibilidade espacial escolar significa bem mais do que apenas poder acessar um lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que nele acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar ser auxiliado. Um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (DISCHINGER, 2009). Para garantir condições de acessibilidade espacial nas escolas, é importante identificar quais barreiras aumentam o grau de dificuldade ou impossibilitam a participação, a realização de atividades e a interação das pessoas com deficiência.

Esta perspectiva de inclusão escolar, que insere a acessibilidade espacial, é um movimento mundial que combate toda forma de segregação e exclusão e sugere uma profunda transformação. O conceito relaciona-se diretamente com outro: a sustentabilidade social. Esse tema dá importância à participação social na construção de um futuro mais justo. As ações visam diminuir as desigualdades, ampliar os direitos e garantir acesso pleno à cidadania. A sustentabilidade social baseia-se num processo de melhoria da qualidade de vida pela redução das discrepâncias. Os mecanismos são, segundo Porter e Kramer (2006, 2002): o nivelamento do padrão de renda; o acesso à educação, moradia e alimentação; e inclusive, permitir acessibilidade espacial aos ambientes construídos, entre eles as escolas.

Em consonância com ações de fortalecimento das políticas públicas na área de inclusão escolar no Brasil e vislumbrando numa escala local, contemplar a demanda da comunidade escolar e numa escala maior (conceitual), alcançar sustentabilidade social, esse artigo apresenta parte do trabalho realizado no projeto de extensão universitário, cujo objetivo é: propor subsídios de design em tecnologia assistiva para qualificação e adequação da acessibilidade espacial de espaços internos e externos de uma escola de ensino fundamental e médio.

O artigo enfatiza a metodologia de trabalho, exemplificando-a a partir de um estudo de caso. A Escola Municipal de Educação Básica avaliada, foi fundada em 1986. É uma unidade educacional que atende ao ensino infantil e fundamental. Está localizada em área urbana de do município de Morro da Fumaça, a 172 quilômetros ao sul de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. A escola possui 29 funcionários (entre professores e colaboradores) e 230 alunos. Destes, treze são classificados para educação especial, segundo dados do último Censo Escolar (BRASIL, 2017). Sobre a infraestrutura, o Censo ainda destaca que não há dependências e sanitários acessíveis às pessoas com deficiência na escola (BRASIL, 2017).

Nos resultados do artigo, apresentam-se os princípios gerais e específicos de acessibilidade espacial, direcionados à realidade encontrada. Ressalva-se que o artigo apresenta parte de um relatório entregue ao Observatório Social do município, visando contribuir para o desenvolvimento do programa de acessibilidade espacial proposto pelo órgão.

2. Conceituando Acessibilidade Espacial

O conceito amplo de acessibilidade espacial está relacionado ao direito de todos os cidadãos ao acesso e participação necessários para o uso efetivo. Conseqüentemente, um

espaço acessível é aquele de fácil compreensão porque permite ao usuário ir e vir, comunicar-se, fazendo parte de todas as atividades proporcionadas. Tudo com segurança, conforto e autonomia, independe de suas necessidades específicas (DISCHINGER, et al, 2009).

Segundo Dischinger et al. (2004), há quatro componentes necessários para garantir a acessibilidade espacial. São eles: orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso. As autoras salientam que a acessibilidade espacial depende da interação entre eles, e que o não cumprimento de um, afeta todos os demais, dificultando ou até mesmo, impedindo o acesso de pessoas aos ambientes. Resumidamente, os componentes de acessibilidade espacial são assim conceituados:

Orientabilidade é determinada pelas características ambientais que permitem aos indivíduos reconhecer a identidade e as funções dos espaços, assim como definir estratégias para seu deslocamento e uso. Nesse sentido, são importantes: as formas, a iluminação, a disposição espacial de lugares e equipamentos, bem como informações arquitetônicas e suportes informativos (placas, sinais, letreiros, etc.) (DISCHINGER, et al, 2009).

O deslocamento é ter condições ideais de movimento ao longo de percursos horizontais ou verticais e seus componentes (salas, escadas, corredores, rampas, elevadores). É garantido através da supressão de barreiras físicas, devendo considerar também, a existência de espaço livre que seja suficiente para o movimento (DISCHINGER, et al, 2009).

A comunicação diz respeito às possibilidades de troca de informações entre pessoas, com ou sem auxílio de meios de comunicação alternativa, e à aquisição de informações gerais através de suportes informativos, como pictogramas, braile e outros equipamentos de tecnologia assistiva, que permitem o ingresso e o uso da edificação ou espaço livre (DISCHINGER, et al, 2009).

O uso é dado pela possibilidade de participação do indivíduo nas atividades desejadas, utilizando os ambientes e equipamentos, sem que seja necessário um conhecimento prévio. São importantes todas as características físicas dos equipamentos e mobiliários, tais como forma, dimensões, relevo, textura e cores, assim como sua posição nos ambientes para permitir que sejam alcançados e utilizados por todos (DISCHINGER, et al, 2009).

É importante registrar que a inclusão total de um aluno não é conquistada pelo simples fato de garantir-lhe o acesso espacial a todos os ambientes da escola. É necessário que as barreiras atitudinais sejam vencidas. Essas são inclusive, de maior dificuldade para resolução. Ainda sobre garantir a acessibilidade espacial, é fundamental promover o acesso e a compreensão da informação, a possibilidade de deslocamento livre de barreiras e a garantia de uma participação efetiva nas atividades propostas. Por exemplo, um refeitório só será inclusivo se, além de reservar local adequado para um aluno em cadeira de rodas, permitir o uso dos equipamentos e o acesso de forma fácil e independente.

3. Acessibilidade Espacial e sua relação com a Sustentabilidade Social

O conceito de sustentabilidade social tem diferentes abordagens teóricas que se alteraram durante os últimos trinta anos. Neste período, o tema relacionou-se a uma série de elementos para a melhoria da qualidade de vida e para o alcance da democracia e dos direitos humanos, sem que isso afetasse as relações de propriedade ou apropriação dos recursos, bem como as

relações sociais de produção (FOLADORI, 2002). O conceito dá importância à participação social na construção de um futuro mais justo, sabendo que os grupos sociais tendem a obedecer às relações intrínsecas da base da sociedade. As ações visam diminuir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e garantir acesso pleno à cidadania. A sustentabilidade social está baseada num processo de melhoria da qualidade de vida da sociedade pela redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria (PORTER; KRAMER, 2006, 2002).

No Relatório Brundtland (1988) – intitulado “Nosso Futuro Comum” - considera-se que o desenvolvimento de uma cidade deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de melhoria de qualidade de vida para a população. Um dos principais conceitos debatidos é o de “equidade” como condição para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, através de processos democráticos para o desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, um ser social sustentável cria diversas relações, pressupondo um convívio harmônico com os outros indivíduos e com o local de acordo com as condições e recursos que são disponibilizados, sejam naturais ou construídos. Essa postura reflete diretamente na qualidade de vida e na maneira como o espaço é utilizado. Numa cidade, as escolas possuem grande importância na qualidade de vida e influenciam na relação do espaço com o homem, corroborando para a sustentabilidade da sociedade.

4. Metodologia de Avaliação da Acessibilidade Espacial

A metodologia utilizada para o estudo de caso considerou o embasamento da “pesquisa-ação”, possibilitando que os extensionistas intervenham dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes (THIOLLENT, 2005). A avaliação de acessibilidade espacial desenvolveu-se em três etapas distintas. Primeiramente, foram realizadas visitas exploratórias com a participação de toda a equipe que visavam identificar a situação atual de acessibilidade da escola. Em seguida, foi efetuada uma ampla revisão bibliográfica, buscando informações sobre acessibilidade, especificamente em ambientes escolares, tanto no Brasil quanto no exterior. A terceira e última etapa foi o levantamento do espaço arquitetônico através de desenhos, medições e fotografias, com a aplicação do Manual de Acessibilidade para Escolas, do Ministério da Educação (DISCHINGER, et al, 2009). A sequência desses instrumentos teve a seguinte questão a ser respondida: “Quais as condições físicas do espaço para a garantia da interação das pessoas com deficiência?”, visando abordar as relações físicas e inclusivas do edifício. Com essas informações foi possível realizar avaliação pós-ocupação (ORSTEIN *et al.*, 1994) tendo em vista, principalmente, a questão da acessibilidade no espaço construído.

O Manual citado identifica as dificuldades encontradas por alunos com deficiência no uso dos espaços e equipamentos escolares. Sua aplicação relaciona a norma brasileira de acessibilidade aos ambientes (NBR 9050), declarando-os aptos ou não a receber qualquer aluno, considerando o espaço físico e equipamentos, que devem estar preparados para garantir acessibilidade. Registra-se que o Manual apresenta condições previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas na NBR 9050 de 2004. Como esta foi revisada em 2015, houve a readequação do Manual. Após essa atividade, a aplicação ocorreu em

todos os ambientes internos e externos da escola.

Vale salientar que apenas duas pessoas são necessárias para a aplicação do Manual. Sendo importante conferir as medidas com trena e registrar visualmente todos os itens fiscalizados, pois fotos e desenhos são imprescindíveis para compreensão do espaço edificado e para ilustração das irregularidades, auxiliando na construção do relatório. Apesar da agilidade proporcionada, é fundamental que os participantes compreendam previamente o que é acessibilidade espacial e demais assuntos afins.

5. Resultados da Avaliação de Acessibilidade Espacial

A Escola funciona em prédio próprio dividido em blocos, que abrigam diversas funções (figura 01). A estrutura passou por diferentes ampliações, refletida na tipologia dos blocos. A unidade dessa arquitetura ocorre pela materialidade de acabamento, com a pintura de cores uniformes nos blocos. A união na implantação, acontece pelos caminhos/fluxos entre os corredores e passarelas cobertas. O terreno com topografia acidentada permite que a Escola possua implantação em platôs, com pátio externo interligado por rampas e escadas. A parte da frente possui parque infantil para crianças do ensino fundamental. Nos fundos do lote, há um ginásio poliesportivo coberto.

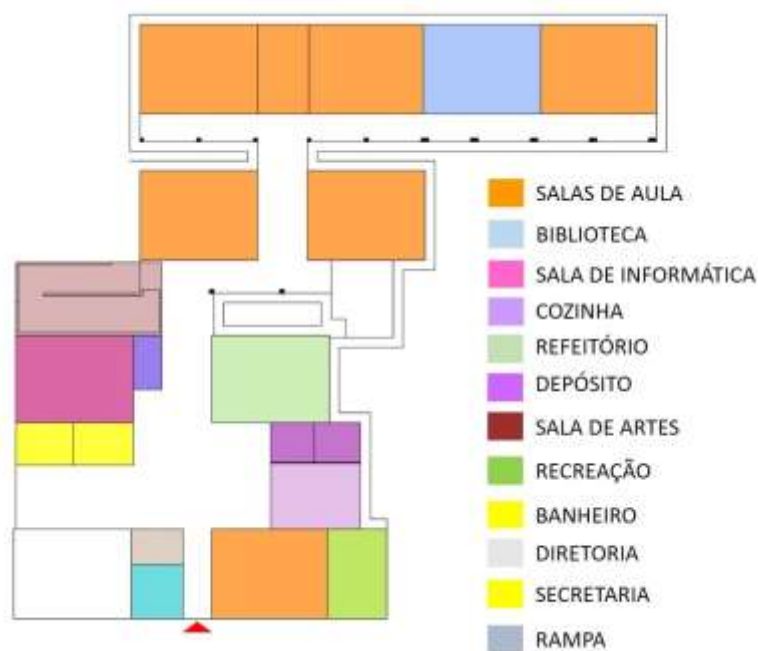


Figura 01: Setorização por cores da escola. Fonte: elaborado pelos autores.

Nesse artigo, para organizar e apresentar as informações adquiridas, foi criado um Quadro Síntese (Quadro 01), onde são identificados os principais problemas de acessibilidade espacial encontrados. Estes estão organizados em três colunas: (01) Ambientes, ilustrado por uma imagem; (02) Avaliação, apresenta a situação observada, descrevendo os principais aspectos negativos do ambiente; e (03) Recomendação, onde são sugeridas soluções para as questões negativas apontadas anteriormente.

Ambientes e Elementos	Avaliação	Recomendação
-----------------------	-----------	--------------

 <p>Rua em frente à escola.</p>	<p>Rua sem calçamento e passeio público, o que dificulta a chegada de pessoas com deficiência motora e/ou cadeira de rodas.</p>	<p>Existência de área de embarque e desembarque próxima ao portão. Calçada com previsão de desnível para acesso de cadeira de rodas e piso tátil para deficientes visuais.</p>
 <p>Portão em frente à escola.</p>	<p>Caminho muito amplo, sem limites definidos, não possui piso tátil direcional para guiar pessoas com deficiência visual até a porta da escola, e o piso utilizado é escorregadio.</p>	<p>A porta de entrada deve ser visível desde o portão, sendo facilmente identificada por uma marquise em cor forte, por exemplo. O caminho de pedestres deve ser pavimentado, com piso regular, antiderrapante e não-ofuscante.</p>
 <p>Recepção.</p>	<p>Recepção não identificável a partir da entrada da escola. Ambiente muito amplo, sem piso tátil direcional para guiar pessoas com deficiência visual. Ambiente interno sem contraste de cor entre piso e paredes, o que dificulta na percepção para pessoas com baixa visão.</p>	<p>No ambiente interno, o balcão de atendimento deve ser sempre visível a partir da entrada e possuir duas alturas. O piso tátil direcional deve conduzir até os principais ambientes ou ao mapa tátil. As circulações devem estar livres de obstáculos e existir espaços de espera para pessoas em cadeira de rodas.</p>
 <p>Corredor.</p>	<p>Não há contraste de cor entre piso, parede e portas que facilite a orientação de pessoas com baixa visão. Os corredores são muito amplos, sem piso tátil direcional para guiar pessoas com deficiência visual.</p>	<p>O rodapé deveria ser largo e em cor contrastante com o piso antiderrapante, regular e em boas condições.</p>
 <p>Rampa.</p>	<p>Não existe piso tátil de alerta no início e no final da rampa. Não há corrimãos nos dois lados. Há diferentes inclinações na rampa.</p>	<p>As escadas e rampas devem possuir piso tátil de alerta no seu início e fim. Os corrimãos devem ser contínuos, confortáveis e dos dois lados das escadas e rampas, além de estarem instalados em duas alturas.</p>
 <p>Sala de aula.</p>	<p>Falta contraste de cor entre piso, parede e móveis. Carteiras com dimensões que não permitem a aproximação de cadeira de rodas. Corredor muito estreito entre as carteiras para a passagem de cadeira de rodas. Espaço muito estreito entre o quadro-negro e as carteiras para a circulação e manobra de cadeira de rodas.</p>	<p>O piso, as paredes e os móveis devem possuir cores contrastantes. Deve existir mesa adequada para a aproximação e uso de crianças em cadeira de rodas, bem como espaço no corredor para passagem.</p>

 Biblioteca.	<p>Mesas com altura inadequada, que impedem a aproximação de pessoas em cadeira de rodas. Prateleiras muito altas para que pessoas em cadeira de rodas ou crianças menores alcancem os livros.</p>	<p>As mesas e as prateleiras não devem possuir obstáculos para aproximação de uma cadeira de rodas e terem altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura.</p>
 Sanitário.	<p>Não existem sanitários acessíveis na escola.</p>	<p>Considerar construção e observar a NBR 9050/2015 para elaboração e execução do projeto.</p>
 Refeitório.	<p>Não há contraste de cor entre piso, parede e móveis. O mobiliário não possui dimensões que possibilitem o uso de diversos tipos de usuários, como crianças pequenas, pessoas obesas ou cadeirantes.</p>	<p>O piso, as paredes e os móveis devem possuir cores contrastantes. As mesas e cadeiras devem permitir uso confortável para pessoas com diferentes idades. Os corredores entre as mesas devem ser largos e permitirem a circulação e a manobra de cadeira de rodas.</p>
 Ginásio de esportes.	<p>Não há rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou sanitários e vestiários.</p>	<p>No caminho entre a escola e a quadra deve ser previsto alargamento e piso pavimentado em cor contrastante com a grama, além do piso guia e alerta. Deve ser previsto espaços destinados à permanência de pessoas em cadeira de rodas nas arquibancadas.</p>
 Pátio externo.	<p>A escola não possui pátio com espaços amplos para brincadeiras, nem mobiliário adequado.</p>	<p>O pátio deveria possuir áreas bem definidas para as diferentes atividades, como locais pavimentados, gramados, áreas para brincar e estar, prevendo o acesso também para pessoas com deficiência.</p>

Quadro 01: Síntese da avaliação de acessibilidade espacial. Fonte: elaborado pelos autores.

Estes são apenas alguns dos diversos aspectos negativos acerca da acessibilidade espacial encontrados na escola. A avaliação deixou evidente a falta de coerência entre a legislação e o que realmente acontece na prática. O espaço físico não está adequado para receber alunos com diferentes deficiências. A falta de acessibilidade de seus espaços e o modo como estes estão organizados faz com que os alunos com deficiências se tornem dependentes da ajuda alheia, apesar de possuírem legalmente o direito à autonomia, conforto e segurança.

6. Considerações Finais

O tema da acessibilidade em espaços públicos é de extrema importância e urgência nas cidades brasileiras para minimizar a notória exclusão dessa parcela social do convívio comunitário. No Brasil segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, 17,2% da população possui algum tipo de limitação funcional (físico-motora, cognitiva e sensorial). Desse universo, grande parte não tem acesso e efetiva participação nas diversas atividades sociais, inclusive aquelas que acontecem nos edifícios públicos. Mesmo que haja uma série de leis e normativas que regulamentem a infraestrutura espacial, há um longo caminho a percorrer.

Nesse sentido, acredita-se que a parceria junto ao Observatório Social implica no despertar do assunto pela entidade, que em sua essência representa a sociedade civil. A avaliação realizada no estudo de caso acredita-se promovem inovações “incrementais”, preenchendo continuamente o processo de mudança da escola frente a realidade da pessoa com deficiência. Afinal, por se tratar de um projeto de extensão com metodologia participativa (“pesquisa-ação”) há continuamente o envolvimento da comunidade escolar com reflexão acerca do tema e conseqüente, mudanças locais (escola) e maiores, do entorno escolar e de outros espaços e edifícios públicos.

Por fim, as escolas são responsáveis pela criação e a instrução de comunidades. A partir do momento que é acessível espacialmente, dando aos indivíduos com deficiências as mesmas possibilidades de obter ensino de qualidade, se poderá considerar entre outros, que a sociedade aprenda e conviva com a inclusão em suas diferentes esferas, tornando-se assim, socialmente sustentável.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos: NBR 9050. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Censo Escolar Da Educação Básica 2016. Brasília, DF, jan. 2017.

BRASIL. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH PR/SNPD, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DISCHINGER, Marta. Et al. Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DISCHINGER, Marta. Et al. Desenho Universal em Escolas: acessibilidade na rede escolar municipal de Florianópolis. Ed. Secretaria Municipal de Florianópolis.

Florianópolis, SC, Brasil, 2004.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD, set. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006.

ORSTEIN, Sheila. Et al. Ambiente Construído e Comportamento: a Avaliação Pós-ocupação e a Qualidade Ambiental. Studio Nobel, EDUSC. São Paulo, 1994.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. Harvard Business Review, December, 2006.

_____. The competitive advantage of corporate philanthropy. Harvard Business Review, December, 2002.

SCHUMPETER. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento de Acção. 1994. 48 p.